

ACERVO DIGITAL CEDEC-CEIPOC

experiências de pesquisa e diagnósticos sobre a democracia
constitucional brasileira

**A ALTERNATIVA NOVODESENVOLVIMENTISTA AO
CAPITALISMO NEOLIBERAL**

Entrevistado: Luiz Carlos Bresser-Pereira

8 DE DEZEMBRO DE 2021



Mackenzie



Centro de
Memória
Unicamp



ACERVO DIGITAL CEDEC-CEIPOC:

Experiências de pesquisa e diagnósticos sobre a democracia constitucional brasileira

Desde 2013 abre-se um processo com movimentos de ruptura da democracia, que implicou em descontinuidade da capacidade da ordem democrática brasileira de, a partir do passado, delinear os comportamentos presentes e organizar as expectativas de futuro. Em consequência, vimos emergir atores políticos neoconservadores e autoritários que se colocam em antagonismo à democracia. Diante disso, perguntamos: como lidar com esse momento de tensionamento da democracia, notadamente, em um país como o Brasil, em que ela possui uma trajetória tão curta?

Para pensar o referido questionamento, propomos a constituição do Acervo Digital que, em linhas gerais, visa estabelecer frentes de diálogo com ativistas, intelectuais e pesquisadores que estejam envolvidos em um dos três eixos que sintetizam as históricas agendas populares de resistência ao autoritarismo no país: democracia, estado de direito e desenvolvimento. O objetivo é coletar experiências, organizar visões e propostas a fim de divulgar amplamente conjuntos de abordagens sólidas e orientadas que auxiliem a reflexão e a ação daqueles interessados em disputar na arena pública a defesa dos valores democráticos.

A presente pesquisa foi realizada pelo Cedec, em parceria com o Centro de Estudos Internacionais e Política Contemporânea (Ceipoc-IFCH/Unicamp) e o Centro de Memória da Unicamp (CMU/Unicamp). Financiada com recursos da Fapesp e do Faepex/Unicamp.

Equipe:

Pesquisadores

Andrei Koerner
Lígia Barros de Freitas
Mariele Troiano
Raquel Kritsch
Wilson Vieira

Auxiliares de Pesquisa

Bruno Ramos Brait
Fernanda Gonçalves Ferreira
Lucas Esteves de Souza
Yasmin Domingues de Oliveira

Assistentes de Pesquisa

Celly Cook Inatomi
Júlio Cattai
Lucas Baptista
Ozias Paese Neves
Pedro Henrique Vasques

Apoio Técnico

João Paulo Berto

ACERVO DIGITAL CEDEC-CEIPOC:

Experiências de pesquisa e diagnósticos sobre a democracia
constitucional brasileira

Título da entrevista:

A alternativa novodesenvolvimentista ao
capitalismo neoliberal

Data de realização:

8 de dezembro de 2021

Entrevistado:

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Entrevistadores:

Andrei Koerner

Lucas Baptista

Wilson Vieira

Entrevista realizada via internet, por meio do aplicativo Zoom.

São Paulo, dezembro de 2022.

INÍCIO DA ENTREVISTA¹

Lucas Baptista: Hoje, dia 8 de dezembro de 2021, damos início a mais uma entrevista para o Acervo Digital Cedec-Ceipoc. Nosso entrevistado é Luiz Carlos Bresser-Pereira, livre-docente em Economia pela Faculdade de Economia e Administração da USP (FEA/USP) e professor titular da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. Ele é graduado em Direito pela Faculdade de Direito da USP, mestre pela *Michigan State University* e doutor em Economia pela FEA/USP. Além de ter tido uma importante atuação na vida pública, Bresser-Pereira também possui uma vasta contribuição em estudos acadêmicos na área econômica, tendo recebido, em 2017, o título de Pesquisador Emérito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Possui pesquisas publicadas nas áreas de Economia, Sociologia, Ciência Política e Administração Pública, trabalhando, especialmente, com temas relacionados ao desenvolvimentismo, Estado e sociedade, burocracia e democracia.

É um prazer tê-lo conosco, professor! Passo a palavra para Wilson Vieira, professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com quem vou dividir a condução desta entrevista.

Wilson Vieira: Bom dia, professor Bresser. Eu começo com a seguinte questão: seu projeto de pesquisa mais recente, “Economia Política do Novo Desenvolvimentismo”, em curso desde 2013, tem por objetivo estudar o Estado democrático desenvolvimentista e social no plano teórico, bem como compreender como esse Estado tem sido construído no Brasil. Como foi o processo de construção desse projeto no contexto de 2013?

Luiz Carlos Bresser-Pereira: O novo desenvolvimentismo é o projeto de pesquisa para o qual me dedico desde 2001. Foi neste ano que comecei a construir um sistema de ideias. Hoje, eu entendo que já tenho um sistema bem estruturado, uma teoria do novo desenvolvimentismo ou teoria novo-desenvolvimentista. E essa teoria tem duas partes. Uma que chamo “A economia política do novo desenvolvimentismo”, e a outra “A teoria econômica, a *economics*, do novo desenvolvimentismo”. Na teoria econômica, discuto, principalmente, uma macroeconomia novo-desenvolvimentista, que está bastante desenvolvida e, naturalmente, o processo de desenvolvimento econômico. E no plano da economia política, discuto o Estado e o capitalismo. Isso a partir da análise do Brasil, mas, na verdade, o processo é pensar o capitalismo e o Estado de modo mais geral.

É uma coisa ambiciosa, mas sinto que é minha vocação fazer esse tipo de coisa. E isso reflete também o fato de que eu sempre julguei a mim mesmo um cientista social. A minha primeira intenção, quando eu tinha vinte anos, era de ser um sociólogo do desenvolvimento. Mas havia outra alternativa, que era a de ser um economista do desenvolvimento. Acabei sendo o segundo, mas as duas coisas estiveram muito juntas. Além disso, na minha formação intelectual, o estudo de Marx e de *O Capital* foi muito importante, de forma que

1 Entrevista transcrita por Mariana dos Santos Escobar.

eu não posso me considerar um marxista, mas quase um marxista. Eu uso muito o método do materialismo histórico. E esse tipo de visão impede que você seja só um economista ou só um cientista político, de maneira que você tem que pensar sempre de maneira integrada.

Em relação à economia política, eu realmente a venho desenvolvendo mais nos últimos dez anos. Inicialmente, eu estava preocupado com o Brasil, mas depois passei a me preocupar com o resto do mundo também, e sob dois pontos de vista. Primeiro, de um ponto de vista puramente teórico, muito marcado pelo fato de que passei a dar aulas na FGV, normalmente, de Teoria do Estado, Estado e Sociedade, Estado e Desenvolvimento. É um curso que tenho dado faz tempo na pós-graduação e que tem causado algum interesse, de forma que isso me ajudou a desenvolver as minhas ideias teóricas sobre o Estado. E eu tenho produzido várias coisas nesse sentido. Por exemplo, uma coisa importante que fiz agora e está para sair na *Revista Dados* é um artigo em que enumero as principais teorias do Estado². E a teoria desenvolvimentista aparece entre elas. Por outro lado, também escrevi o livro *A construção política do Brasil: sociedade, economia e Estado desde a Independência*³, que, na última edição, resolvi chamar de *A Construção política e econômica do Brasil*⁴, porque várias pessoas falaram que esse livro também era importante para os economistas (afinal eu sou mais economista que sociólogo). Mas, além de estudar o Brasil, que aparece principalmente nesse livro, eu me dediquei também ao estudo do capitalismo em si.

Dentro do estudo do capitalismo, estou há quase três anos escrevendo um livro sobre o tema. O livro se chama *The Rise and Fall of Rentier Neoliberal Capitalism*, que, essencialmente, trabalha a economia política do novo desenvolvimentismo. O que eu faço é estudar o capitalismo a partir do final do século XIX. É certo que o capitalismo, em geral, já foi muito estudado, e já é muito ambicioso estudar o capitalismo mais recente. Mas, no final do século XIX, acontecem dois fatos muito importantes que eu chamo de “revoluções” e que marcaram o capitalismo a partir de então. Quais foram essas transformações ou revoluções? Uma foi a chamada Segunda Revolução Industrial, que eu chamo, mais especificamente, de “Revolução Organizacional”. É o momento em que surgem as grandes corporações privadas e a unidade básica de produção deixa de ser a empresa familiar, ou a própria família, para serem as organizações burocráticas, principalmente privadas, no capitalismo, mas também estatais. Essa é uma modificação muito importante, porque vai determinar o surgimento de uma classe social: a classe gerencial ou tecnoburocrática, que estudei muito nos anos 1970.

A segunda revolução foi a Revolução Democrática. Por que “Revolução Democrática”? Porque foi quando todos os países ricos adotaram o sufrágio universal. Eu sei que os americanos se julgam democratas desde George Washington, mas isso para mim é tolice. O fato é que eu adoto um conceito mínimo de democracia, a partir do qual um Estado só é democrático quando ele atende a duas condições: quando ele garante o Estado de direito e/ou os direitos civis e liberdades, e quando adota o direito político fundamental, que é o sufrágio universal. E nós sabemos que as revoluções liberais do final do século XVIII e começo

2 Bresser-Pereira, Luiz Carlos. Teorias do Estado e a Teoria Novo-Desenvolvimentista. *DADOS*, v. 65, n. 4, 2022, pp. 1-37.

3 Bresser-Pereira, Luiz Carlos. *A construção política do Brasil: sociedade, economia e Estado desde a Independência*. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2014.

4 Bresser-Pereira, Luiz Carlos. *A construção política e econômica do Brasil*. 4. ed. rev. e atual. São Paulo, Editora 34, 2021.

do século XIX trouxeram consigo a afirmação dos direitos civis e do império da lei, mas não trouxeram a democracia, porque o sufrágio universal era recusado duramente pelos liberais. Na segunda metade do século XIX, depois de muita luta das classes populares, dos sindicatos e dos partidos socialistas ou socialdemocratas, que até então estavam se formando, é que a burguesia deixou de ter medo de ser expropriada caso ocorressem eleições com sufrágio universal. E, então, a democracia se instalou. E essa revolução é muito importante também, porque é a partir daí que o capitalismo no século XX, com todos os seus problemas, se tornaria um capitalismo democrático. O que eu chamo de “minha teoria sobre a democracia” é a explicação do porquê a democracia só se tornou o regime aceito e mais espalhado no mundo, principalmente nos países mais desenvolvidos, somente no século XX e não antes. Antes, não só as elites, mas também os filósofos, eram contra a democracia. E tem toda uma teoria, de base marxista, que explica isso. Esse debate é parte de um trabalho que fiz no começo dos anos 2000 e está publicado na *Dados*⁵, e, também, numa revista estrangeira.

Voltando ao século XX: a crise dos anos 1930 vai dar origem aos “anos dourados” do capitalismo. Uma coisa importante no desenvolvimento das minhas ideias sobre a economia política do novo desenvolvimentismo foi um *paper* que escrevi para a *Brazilian Journal of Political Economy*, intitulado “As duas formas de capitalismo: desenvolvimentista e liberal econômico”⁶. Nesse trabalho, depois de mostrar que as duas instituições fundamentais do capitalismo, diferentemente das organizações internacionais anteriores, são o Estado moderno e o mercado, eu pergunto: se o capitalismo é uma forma de organização social em que as duas instituições fundamentais são o Estado e o mercado, o que é que acontece quando, numa formação social específica, o mercado é absolutamente dominante? Ou, quando o Estado intervém moderadamente na economia, participando também da coordenação econômica? O nome para o primeiro modelo é liberalismo econômico. E qual é o nome do segundo? Cheguei à conclusão que essa palavra não existia. Porque havia o socialismo, mas o socialismo não é uma alternativa ao liberalismo econômico, mas sim uma alternativa ao capitalismo, e não era nisso que eu estava interessado.

Nesse sentido, resolvi usar a palavra “desenvolvimentismo”. Eu fiz uma ampliação semântica da palavra, porque ela já existia. Uma pesquisa interessante feita pelo notável economista do Rio Grande do Sul Pedro Cezar Dutra Fonseca mostrou quando a palavra “desenvolvimentismo” foi usada pelas primeiras vezes no Brasil⁷. Apareceu primeiro num livro de Hélio Jaguaribe, de 1972⁸, e depois num artigo meu sobre a revolução capitalista e os empresários, de 1963⁹. Mas, de qualquer forma, é uma coisa recente. É uma palavra que se tornou conhecida internacionalmente quando, em 1982, o cientista político americano Chalmers Johnson escreveu um notável livro sobre o Japão e o chamou de um “Estado desenvolvimentista”¹⁰. Então, esse é o nome que eu passei a usar.

5 Bresser-Pereira, Luiz Carlos. Transição, consolidação democrática e revolução capitalista. *DADOS*, v. 54, n. 2, 2011, pp. 223-258.

6 Bresser-Pereira, Luiz Carlos. As duas formas de capitalismo: desenvolvimentista e liberal econômico. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 37, n. 4, Oct.-Dec., 2017, pp. 680-703.

7 Fonseca, Pedro C. D. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. *Textos para Discussão 2103* / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

8 Jaguaribe, Hélio. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

9 Bresser-Pereira, Luiz Carlos. O empresário industrial e a revolução brasileira. *Revista de Administração de Empresas*, v. 2, n. 8, 1963, p. 11-27.

10 Johnson, Chalmers. *MITI and the Japanese miracle: the growth of industrial policy, 1925-1975*. Stanford:

Assim, quando eu estudo o desenvolvimento do capitalismo no livro mais recente, esse artigo sobre as duas formas de organizações sociais já estava publicado. Historicamente, é preciso lembrar que, a partir de meados do século XIX, se quisermos uma data bem específica, 1846, é quando a Inglaterra abre a sua economia. Os ingleses tinham tarifas alfandegárias importantes que limitavam o comércio, mas, em 1846, eles finalmente o abriram. A França já tinha feito isso uns dez anos antes, de forma que o liberalismo se tornou a forma de organização do capitalismo dominante até 1929. Quando vem a grande crise de 1929, tem-se como resultado o surgimento da classe gerencial, que já estava emergindo antes, mas que chega ao poder e começa a ser parte da coalizão de classes desenvolvimentistas. Eu uso muito esse conceito de coalizão de classes também. Esse período é um segundo desenvolvimentismo, porque o Estado passa a intervir moderadamente, mas efetivamente na economia. Primeiro, nos Estados Unidos, através do *New Deal*, e depois no pós-guerra, nos chamados “anos dourados” do capitalismo. É o grande momento do capitalismo, porque também é o grande momento da socialdemocracia. Assim como é o grande momento de John Maynard Keynes, que, para mim, é um economista desenvolvimentista, porque ou você é desenvolvimentista ou você é liberal, a partir desse conceito de desenvolvimentismo e de liberalismo econômico.

Sobre a crise econômica dos anos 1970, é uma crise muito menos grave que a crise dos anos 1930, mas, de qualquer forma, deu oportunidade para que, no plano da teoria econômica, o *mainstream* deixasse de ser keynesiano e voltasse a ser neoclássico, mas agora neoclássico de viés monetarista. O primeiro líder dos neoclássicos foi Milton Friedman, depois Robert Lucas. Em 1980, acontece a virada neoliberal, e escolho essa data porque foi o ano em que Reagan foi eleito e que Margaret Thatcher começou a governar. Esse vai ser o período do capitalismo neoliberal que eu também chamo de “capitalismo dos rentistas”. Isso é importante, porque nessa economia política, temos coalizões de classes, e a coalizão de classe original, no capitalismo, é a coalizão da burguesia mercantil e financeira: com o monarca e a sua corte patrimonialista. Isso no mercantilismo, que é o primeiro tipo e/ou experiência de desenvolvimentismo. No capitalismo liberal industrial, nós temos uma coalizão de classes em que a burguesia, agora sim a burguesia industrial, é a classe dominante, mas a aristocracia ainda está presente como classe secundária. Depois da crise dos anos 1930, então, temos uma nova coalizão de classes: a coalizão de classes social-democráticas, ou, como os franceses da *École de la régulation* chamam o fordismo, no qual a coalizão de classes fundamental envolve os empresários industriais, mas também os trabalhadores e as classes médias, tecnoburocráticas gerenciais e a tradicional, que agora começam a se tornar importantes. No processo de surgimento da classe gerencial, estudado originalmente por Adolf Berle e Gardiner Means, num clássico livro de 1932¹¹, o fenômeno que passa a acontecer é a substituição dos empresários pelos gerentes na gestão das grandes empresas. E é isso que acontece durante todo o século XX, e quando chegamos no pós-guerra, a coalizão de classes é fordista e com participação do Estado, como resultado dessa substituição gerencial do capitalismo.

A partir da Segunda Guerra Mundial, acontece uma nova substituição importante: a substituição dos mesmos empresários industriais, agora, não na gestão das empresas, mas na propriedade das empresas, que passa a ser dos capitalistas rentistas. São os capitalistas herdeiros, principalmente, mas também os que vivem de rendas, que não são empresários,

Stanford University Press, 1982.

11 Berle, Adolf A.; Means, Gardiner C. *The Modern Corporation and Private Property*. New Brunswick and London: Transaction Publishers, 1932.

não acumulam capital e nem inovam. E essas são as características fundamentais dos empresários e da burguesia enquanto classe dominante. Mas são os que recebem os lucros sob a forma de dividendos, juros e aluguéis. É uma classe ociosa tal como a aristocracia. Essa classe é a que passa a ser dominante, por isso que o livro tem o título de *The Rise and Fall of Rentier Neoliberal Capitalism*. Quer dizer, não só dos rentistas, porque os rentistas vão chamar para a sua coalizão de classes os financistas. Meu conceito de financistas é um conceito, vamos dizer, amplo, porque eu incluo não só os grandes financistas, mas também os *traders*, os economistas, principalmente aqueles formados nas grandes escolas, nos grandes *PhDs* e nas *MBA*s americanas e inglesas, que passam não só a gerir a riqueza dos rentistas, mas também passam a ser os intelectuais orgânicos deles.

Uma coisa importante de se questionar é: por que somente no pós-guerra e, fundamentalmente, a partir de 1980, os rentistas se tornam importantes? Sempre houve herdeiros, e o capitalismo é mais antigo, mas acontece que havia dois mecanismos que destruíam o capital com grande intensidade. O primeiro está relacionado às grandes crises econômicas, como ocorreram em 1873, 1893 e também na Grande Depressão dos anos 1930. Depois disso, não existiram mais grandes crises, graças a Keynes e às políticas contracíclicas que ele propôs. Quando houve uma ameaça real de uma grande crise, ela foi abortada. Claro que houve a crise que acabou com o neoliberalismo, mas ela não destruiu o capital em sua essência, de forma que a acumulação, na mão dos rentistas, continuou a acontecer. E o segundo mecanismo está relacionado às grandes guerras, como a Grande Guerra de 1914, a Grande Guerra de 1939, que hoje também não existem mais. O que se tem, agora, são pequenas guerras imperialistas dos Estados Unidos na periferia do capitalismo.

Então, os rentistas tornaram-se importantes, e o livro *The Rise and Fall of Rentier Neoliberal Capitalism* trata, mais extensamente, desse capitalismo rentista financeiro neoliberal e, depois, da sua crise. A crise que começa em 2008 tem início com a crise financeira global que acontece bem significativamente nos Estados Unidos. Isso é o começo do período em que nós vivemos. Ao fim do livro, eu começo a discutir as alternativas a este neoliberalismo. Então, a economia política, além de uma dimensão nacional, ganhou uma dimensão internacional mais clara.

Wilson Vieira: Obrigado, professor. Haja vista as mudanças ocorridas no país desde o início dessa pesquisa, principalmente as mais recentes, o senhor poderia falar um pouco da evolução desse projeto? Quais foram as consequências para o desenvolvimento da sua pesquisa provocadas pelo encerramento do pacto nacional-popular, de 2006-2014, tal como periodizado pelo senhor em seu livro *A Construção política e econômica do Brasil*?

Luiz Carlos Bresser-Pereira: Na divisão que eu fiz do Brasil independente em três grandes ciclos, o ciclo que eu chamei de "democrático-popular" se encerrou com a crise de 2014. Desde então, nós estamos em plena crise. É interessante que, quando se tem uma crise, a teoria econômica novo-desenvolvimentista argumenta que, nas economias em desenvolvimento ou periféricas (lembrando que essa teoria cada vez mais se aplica aos países ricos), ocorre um comportamento cíclico, com uma grande depreciação da taxa de câmbio.

Quando houve, por exemplo, em 2002, uma segunda grande crise no governo Fernando Henrique Cardoso, houve também uma depreciação violenta da taxa de câmbio. Depois, ela se aprecia e fica vários anos apreciada, e aí, ocorre uma nova crise e uma nova depreciação. Só que, dessa vez, a depreciação ocorreu, como previsto, com a crise em 2014, mas, desde então, a taxa de câmbio continua lá em cima, não voltou a cair. Isso é um sinal muito claro, no plano econômico, de que a crise continua. Não é só uma crise política, mas também uma crise econômica.

No período do pacto democrático-popular, não houve grande crescimento econômico. Infelizmente, a democracia não trouxe crescimento ao Brasil ou aos países da América Latina. Nós estamos ficando cada vez mais para trás. Mas houve um progresso indiscutível na área social durante esse período. Na área democrática, provavelmente, foi grande o progresso desde a transição política de 1985. Mas, quando se dá a crise em 2014, o Brasil estava entrando numa crise econômica e política da qual não saiu até agora.

Como sou um desenvolvimentista, agora sou um novo-desenvolvimentista. Tenho, inclusive, um *paper*¹², em que reconstruí a história do desenvolvimentismo, apresentando-o enquanto teoria econômica e não enquanto estilo de política econômica, ou forma de capitalismo. Ele surge como teoria na chamada *development economics*, um nome muito genérico que, na América Latina, foi chamado de “estruturalismo”, um nome um pouco melhor, mas que eu chamo de “desenvolvimentismo clássico”. Esse desenvolvimentismo clássico entra em crise nos anos 1970, e depois tem toda uma história que não cabe agora relatar. Assim, eu proponho o novo desenvolvimentismo como uma alternativa. O novo desenvolvimentismo está baseado em Keynes e no desenvolvimentismo clássico, mas tem toda uma série de novidades nele.

E no interior desse desenvolvimentismo, seja o clássico, seja o novo desenvolvimentismo, o papel da indústria é fundamental, assim como o papel da intervenção moderada, mas efetiva, do Estado. Vale dizer, o Brasil teve um desenvolvimento econômico muito ruim desde 1980 e, especialmente desde 1990. O país teve uma economia semiestagnada, ou quase estagnada desde 1980, e está ficando para trás economicamente de uma maneira dramática. Para trás, não apenas em relação aos países do leste da Ásia, mas em relação aos países em desenvolvimento em geral e, principalmente, em relação também aos países ricos: que crescem muito menos do que os países do leste da Ásia, mas crescem muito mais do que nós. E eu atribuo esse mau desempenho fundamentalmente ao liberalismo econômico que adotamos em 1990, quando fizemos a abertura comercial e financeira e que, no governo do Lula, não se conseguiu mudar. Nem havia um plano para fazer essa mudança. Quem tentou mudar, de maneira mal arrumada, foi a Dilma, e fracassou, de forma que o Brasil continuou semiestagnado. Porque, também nesse momento, em que se concretiza uma crise fiscal, o Estado brasileiro – que estava alcançando sua meta fiscal, isto é, superávit primário de dois e meio a três por cento do PIB durante todo o governo Lula e durante os primeiros dois anos do governo Dilma -, a partir da segunda parte do governo Dilma, perde-se o controle das finanças públicas, e o Brasil começa a entrar em déficit. Quando chega 2015, verifica-se que o país tinha não só acabado com o superávit primário, mas tinha um déficit primário de

12 Bresser-Pereira, Luiz Carlos. Brevíssima história da teoria do desenvolvimento. De Schumpeter e Prebisch ao novo desenvolvimentismo. *Working Paper*, 554, São Paulo: FGV, nov. 2021.

mais de um por cento do PIB. Isso permitiu aos economistas liberais dizerem: “Agora sim é que nós vamos voltar ao poder plenamente, porque Lula, Fernando Henrique, Sarney, foram todos desenvolvimentistas. Agora nós vamos fazer as reformas, e vamos fazer o ajuste fiscal necessário e o Brasil vai voltar a crescer”. Deram um golpe indiscutível, a meu ver, que foi o *impeachment* de Dilma, mas que encontrou certos apoios, porque os empresários estavam perdidos e confusos e, desde então, temos o liberalismo pleno. E esse liberalismo pleno se traduz agora em políticas como o ajuste fiscal, o teto de gastos. Não estamos mais semiestagnados, nós estamos profundamente estagnados economicamente.

A crise no Brasil é muito grave. É uma crise para a qual há explicações econômicas bem claras, e explicações políticas e sociais, mas, até agora, não surgiu um governo disposto ou capaz de enfrentá-la. Porque, para você fazer uma mudança de política e ter uma política novo-desenvolvimentista efetiva, você tem que controlar os cinco preços macroeconômicos, que são uma invenção do novo desenvolvimentismo. Então, os governos de esquerda talvez revelassem capacidade, se tivessem sido eleitos. Por exemplo, Haddad em 2018, mas, infelizmente, isso não foi possível, e essa eleição foi desastrosa e nós temos o pior governo de todos os tempos no Brasil. Mas, esse governo teve um apoio firme e forte das elites econômicas, inicialmente, e do neoliberalismo.

Mas a situação econômica e política em que nós nos encontramos hoje é muito grave e sem perspectiva de solução, sem um partido político com ideias claras de como solucionar o problema. Eu acho que no PT existem já alguns economistas, lembrando que no partido sempre dominaram os desenvolvimentistas clássicos. Eu fui um desenvolvimentista clássico até começar a desenvolver o novo desenvolvimentismo. Os meus mestres, no Brasil, foram Celso Furtado e Ignácio Rangel, que era marxista, e na América Latina Raúl Prebisch, que foi o maior dos economistas latino-americanos. Tenho o maior respeito pelo desenvolvimentismo, mas o desenvolvimentismo clássico entrou em crise nos anos 1970, primeiro devido à teoria da dependência. Ela destruiu a ideia fundamental do desenvolvimentismo clássico no plano político, que era uma coalizão de classes entre a burguesia industrial, e os trabalhadores, e o governo e a burocracia pública. E, depois, foi destruído pela virada neoliberal e o ataque violento que sofreu dos neoliberais. A CEPAL perdeu qualquer sentido, tornou-se uma instituição como qualquer outra, não era o ninho do desenvolvimentismo.

Nos anos 1980, houve certa recuperação por causa da publicação de três livros. Eu já falei sobre um deles, o de Chalmers Johnson, de 1982, sobre o Japão. Os outros dois são os de Alice Amsden¹³ e de Robert Wade¹⁴, respectivamente sobre a Coreia do Sul e Taiwan. Nesses livros, eles mostraram que esses países foram desenvolvimentistas e que o desenvolvimentismo se expressou, especialmente, por meio da política industrial. E isso deu um grande ânimo para a esquerda desenvolvimentista que, então, passou a ter um lema: “vamos fazer política industrial”. Quando Lula chegou ao governo, ele tinha como projeto econômico fundamental, que fora dado pelos economistas desenvolvimentistas clássicos, a política industrial. Ele fez política industrial: fez duas políticas chamando os melhores economistas para desenvolvê-las e não deu em nada, porque eles não olharam para a ma-

13 Amsden, Alice H. *Asia's Next Giant: South Korea and Late Industrialization*. New York: Oxford University Press, 1989.

14 Wade, Robert. *Governing the Market*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

croeconomia decentemente. E o meu argumento é que você só consegue explicar o enorme sucesso, primeiro do Japão, depois da Coreia do Sul e de Taiwan e, finalmente, da China, que é absolutamente extraordinário, se você adicionar à política industrial o fato de que esses países mantiveram os cinco preços macroeconômicos certos, ou seja, que tiveram uma política macroeconômica desenvolvimentista, porque o mercado é incapaz de manter esses cinco preços no lugar certo.

Os cinco preços são a taxa de juros, que é o preço do capital; a taxa de câmbio, que é o preço da moeda estrangeira; a taxa de lucro, que é o preço final do capital; a taxa de salário, que é o preço da força de trabalho; e a taxa de inflação, que é a média dos aumentos de preços dos bens de serviços. Esses cinco preços são absolutamente fundamentais e você tem que administrá-los. A pergunta que eu me faço é: daqui a um ano vamos ter eleições no Brasil, e tudo indica que Lula será eleito, o que eu acho muito bom, mas será que ele vai ter condições de apresentar um governo mais próximo do novo desenvolvimentismo? Eu espero que sim. Haddad conhece bem isto, ele trouxe para a assessoria do PT um jovem economista da Unicamp que me parece muito bom, nunca discuti com ele adequadamente o novo desenvolvimentismo, mas é um jovem muito competente chamado Guilherme Mello, de forma que existe esperança. Quer dizer, essas novas ideias estão se tornando cada vez mais populares, estão interessando cada vez mais pessoas, não só a nível nacional, mas a nível internacional.

Wilson Vieira: Obrigado, professor. Agora, gostaríamos de fazer uma questão bastante pragmática sobre sua pesquisa. Houve problemas decorrentes da falta de financiamento e do contexto de pandemia? Existe alguma rede internacional de pesquisadores envolvida nesse projeto e, caso exista, como está sendo a experiência?

Luiz Carlos Bresser-Pereira: Eu tenho financiamento interno da FGV. Eu e o Nelson Marconi criamos, na EAESP, Escola de Administração de Empresas, um centro do novo desenvolvimentismo e a própria EAESP tem uma área de pesquisa que tem nos apoiado. E nós já obtivemos apoio da FAPESP também. Temos agora um projeto que está sendo finalizado, sobre a taxa de câmbio e o desenvolvimento na América Latina, e que envolveu economistas de vários países e que está sendo financiado também pela FAPESP. Não é um tipo de pesquisa que exige muito dinheiro, exige mais cabeça do que dinheiro, de forma que nesse plano está tudo bem.

No plano internacional, eu recebo convites e questões de muitos lugares, mas talvez o mais interessante é que nós organizamos nos quatro últimos anos, exceto o último, da pandemia, o *International Workshop on New Developmentalism*, e nós convidamos pessoas de toda parte do planeta. Naquela época não havia ainda a ideia do Zoom e outros mecanismos desse tipo. Contudo, os encontros foram bem-sucedidos, muitas pessoas participaram e saíram alguns *papers* interessantes. Enfim, mostrou que existe uma coisa nova e viva no plano internacional. Eu posso também dizer o seguinte: essas coisas de ideias novas é um problema. Porque as pessoas estão acostumadas com ideias antigas e mudar ideias é muito difícil. Você precisa ter não só a motivação da verdade, mas também tem que ter outras motivações. Nós sabemos perfeitamente que a verdade não é uma coisa puramente lógica ou empírica, é mais complicado do que isto.

Você usou a palavra pragmatismo no sentido prático do financiamento de pesquisa, mas não sei se também estava na sua pergunta o fato de eu me considerar um intelectual pragmático. Pragmático em que sentido? Porque eu tenho um enorme respeito pela Filosofia pragmática americana, principalmente por Charles Sanders Peirce, que tem uma contribuição fundamental para o problema do pensamento e da verdade¹⁵, mas também William James, John Dewey e, finalmente, Richard Rorty, que foi a última grande figura desse pensamento, que é um pensamento filosófico-histórico. O que é raro, porque os pensamentos filosóficos-históricos foram os de Aristóteles, de São Tomás, e depois, de Hegel e Marx. E depois, os pragmáticos. Os outros são todos idealistas, como Platão, Descartes, Kant, mas eu não sou muito amigo dessa filosofia. Eu acredito numa filosofia histórica e numa ideia pragmática de verdade. Peirce dizia: “Sim, a verdade existe e nós devemos pesquisá-la e podemos encontrá-la, desde que continuemos sempre pesquisando. Inclusive, porque, quando as nossas verdades forem negadas pela realidade, nós teremos que abandoná-las”. Então, ficamos com o pragmatismo também filosófico.

Wilson Vieira: Professor, temos algumas curiosidades em saber se o senhor participou de algum debate na década de 1970 sobre desenvolvimentismo e, nos anos 1980, sobre a teoria da inflação inercial. Nós gostaríamos de saber como essas discussões se colocavam na esfera pública como um todo.

Luiz Carlos Bresser-Pereira: O desenvolvimentismo foi dominante com Vargas, pois foi ele quem o introduziu na história brasileira. Mas entrou em crise no início dos anos 1960. Em 1964, o golpe foi dado em nome do liberalismo e durante três anos o regime militar foi liberal, mas, em seguida, com Costa e Silva e Delfim Netto, voltou-se para o desenvolvimentismo, e permaneceu desenvolvimentista até o final. E os resultados econômicos foram muito bons, mas os resultados políticos foram péssimos, porque concentrou-se ainda mais a renda. No final dos anos 1970, eu entendi que o capitalismo no Brasil estava consolidado, que a revolução capitalista no Brasil havia sido completada no quadro do desenvolvimentismo que, aliás, é a norma em todos os países do mundo. Nenhum país fez a sua revolução industrial e capitalista fora do desenvolvimentismo. Isso é uma tese importante da economia política do novo desenvolvimentismo.

Acontece que, no plano político, em 1965 e depois em 1969, surgiu a teoria da dependência. Em 1966, surgiu com o artigo de Andre Gunder Frank, “O desenvolvimento do subdesenvolvimento”¹⁶ e, em 1969, surgiu a versão associada da teoria da dependência, que é o livro *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto¹⁷. E isso foi um golpe violentíssimo no desenvolvimentismo. Porque, a teoria da dependência veio afirmar que a tese política do desenvolvimentismo clássico na América Latina, a tese da coalizão, do pacto político entre em-

15 Ver: Peirce, Charles S. Deduction, induction, and hypothesis. *Popular Science Monthly*, 13, 1878, pp. 470-482; e *Selected Writings*. Organized by Philip P. Wiener. Nova York: Dover Publications, 1958.

16 Frank, Andre G. The Development of Underdevelopment. *Monthly Review*, v. 18, v. 4, Sept., 1966.

17 Cardoso, Fernando H.; Faletto, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

presários industriais, trabalhadores e a burocracia pública, era falsa, que não havia existido, e nunca devia ter sido tentado, e que fora um desastre para a esquerda no continente. Isso, a meu ver, é uma teoria equivocada, porque é radical. A teoria é de Gunder Frank, que foi um notável economista marxista, que eu respeito muito, mas, ele estava no Brasil em 1964, viu o golpe sendo dado, viu o seu caráter conservador, o apoio que recebeu inteiramente da burguesia e chegou a essa conclusão. A solução de Gunder Frank, Ruy Mauro Marini e Theotonio dos Santos era: já que não era possível haver burguesia nacional, a solução era fazermos a revolução socialista. Era uma conclusão lógica, mas era inviável e equivocada no plano da realidade. Já a posição da teoria da dependência associada era: “já que não há burguesia industrial, não há problema, vamos nos associar ao império”. Porque a tese de que o império é contra a industrialização, que é fundamental do desenvolvimentismo, é falsa. É falsa porque estamos vendo que as empresas multinacionais começaram a investir na América Latina a partir da Segunda Guerra Mundial, coisa que nunca tinha acontecido antes. Anteriormente, as empresas multinacionais estavam aqui na mineração e nos serviços públicos. E era um equívoco completo da parte deles confundir o imperialismo dos Estados Unidos, da Inglaterra e da França com os interesses das multinacionais, especificamente em alcançar o mercado brasileiro que estava fechado para as importações dos seus produtos. E vemos com grande clareza que, quando os liberais e o império dos Estados Unidos voltaram, quando realmente assumiram o poder, a partir de 1990, houve um processo de desindustrialização brutal do Brasil.

Naquela época, essa foi a ideia que ganhou o coração e as mentes dos intelectuais latino-americanos, de forma que eles perderam a ideia de nação. A ideia de nação se tornou uma coisa vaga, uma coisa de militares. E, então, vamos lutar pela democracia, pela justiça social, mas por que lutar por essas duas coisas e esquecer o desenvolvimento econômico? Ou seja, não é esquecer o desenvolvimento. É esquecer que o nacionalismo é fundamental para você se desenvolver na periferia do capitalismo. Isso foi ignorado e foi trágico não naquela época, porque os militares continuaram firmes: fazendo seus acertos e erros na parte econômica, mas ainda desenvolvimentistas, e só depois, no governo Collor, que houve esse domínio dos liberais - curiosamente suspenso por Itamar Franco, que foi uma grande figura na história da política brasileira e, depois, retomado com toda força por Fernando Henrique.

Ou seja, o Brasil, desde 1990, tornou-se um país liberal. O desenvolvimentismo foi excluído. Mas, nos anos 1970, houve essa discussão da teoria da dependência que eu acho muito importante. Nessa década, trabalhei primeiro na tentativa de entender a previsão de Celso Furtado que, quando saiu do Brasil em 1964, disse que a economia brasileira entraria em estagnação. Ele escreveu um livro em 1966 com essa tese¹⁸, afirmando que não só o Brasil, mas a América Latina como um todo ficaria estagnada. E não foi isso o que aconteceu, pois, a partir de 1970, os países voltaram a crescer. Por que a sua previsão falhou? Falhou porque previa que a redução do salário seria muito forte e isso criaria problemas de demanda para a indústria, o que alguns economistas verificaram que não era bem verdade. A concentração de renda não foi só na classe mais rica, mas foi, também, da classe média para cima. E essa concentração da classe média para cima incluiu demanda para os bens de consumo de luxo, fundamentalmente, para a indústria automobilística, que era naquela época ainda um bem de luxo.

18 Furtado, Celso. *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

Eu discuti essa tese com Antônio Barros de Castro em 1969. Em 1970, eu escrevi um artigo sobre isso, desenvolvendo essa tese, citando a minha conversa com Castro, que tinha sido importante¹⁹. E, em 1971, José Serra e Maria Conceição Tavares escreveram um artigo, exatamente na mesma linha, chamado “Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil”²⁰, que teve grande sucesso, e mostrava exatamente isso. Mas o fato de criticar Celso Furtado nesse ponto não significava criticar Celso Furtado e o desenvolvimentismo em geral, e foi isso que muitos intelectuais da dependência associada fizeram. O pessoal da Unicamp embarcou nessa tese também e surgiu um relativo esquecimento, ou se não desprezo, por Celso Furtado. Isso só viraria nos anos 2000, quando Lula estava para ganhar as eleições – ao final, ele ganhou e foi chamar Celso Furtado. E Furtado passou a ser devidamente homenageado como grande economista brasileiro do século XX.

Wilson Vieira: Vou aproveitar e pegar carona em dois temas desse período, que eu acho que é interessante o senhor também discutir. Um é sobre a questão da inflação inercial, e o outro é sobre a questão do Consenso de Washington, Plano Brady e a questão do neoliberalismo. Nós gostaríamos que o senhor nos explicasse melhor o diagnóstico da inflação inercial. Observamos que em algumas políticas de combate à inflação, como no Plano Real, ocorre uma espécie de “consentimento” com o neoliberalismo, como na criação de uma moeda indexada (URV – Unidade Real de Valor) para poder criar uma nova moeda, dentro dos ditames do Consenso de Washington e do Plano Brady de renegociação das dívidas externas dos países da América Latina. Como é que o senhor vê essa relação?

Luiz Carlos Bresser-Pereira: Primeiro, a teoria da inflação inercial. Até então, eu só havia desenvolvido uma tese que considero importante no plano da teoria econômica, que era a tese sobre a taxa de lucro e a distribuição de renda no capitalismo, e as fases do desenvolvimento capitalista a partir da tese da tendência declinante da taxa de lucro de Marx. Isso foi uma coisa muito importante e está no meu livro *Lucro, acumulação e crise: a tendência declinante da taxa de lucro reexaminada*²¹ que eu escrevi basicamente nos anos 1970. Mas, quando chega 1980, eu vejo a inflação explodir e precisava de uma explicação para compreender aquele aumento, já que a explicação clássica, que era a explicação de excesso de demanda, não se aplicava. Não havia excesso de demanda. O Brasil estava em recessão e, no entanto, com uma inflação alta, que ia aumentando a cada ano. Já em 1980 estava, creio, perto de cem por cento ao ano, depois foi duzentos, quinhentos e depois, a partir de um certo ponto, passou a se medir a inflação em termos de mês e não por ano. E a inflação durante muitos anos foi dez, vinte por cento ao mês. Foi aí que surgiu a teoria da inflação inercial.

19 Bresser-Pereira, Luiz Carlos. Dividir ou multiplicar? A distribuição da renda e a recuperação da economia brasileira. *Visão*, 21 de novembro 1970.

20 Serra, José; Tavares, Maria da Conceição. Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil. In: *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record/CEPAL, 2000, v. 2, pp. 589-608.

21 Bresser-Pereira, Luiz Carlos. *Lucro, acumulação e crise: a tendência declinante da taxa de lucro reexaminada*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

O primeiro *paper* que eu escrevi sobre isso é de 1980²². Mas aí eu chamei o Yoshiaki Nakano, que foi meu aluno na FGV, e sempre estudou especialmente Marx e teoria econômica comigo, nos anos 1970. Eu o chamei para trabalharmos juntos na questão da inflação. Então, produzimos um *paper* que eu considero o fundador da teoria da inflação inercial, intitulado “Fatores aceleradores, mantenedores e sancionadores da inflação”²³. É curioso, porque no título já está a teoria, porque as teorias econômicas são coisas simples. Elas são só complicadas para os neoclássicos, porque eles matematizam tudo. E o argumento do nosso *paper* era o seguinte: a inflação tinha um fator acelerador que era, classicamente, o excesso de demanda; e isso fazia com que uma inflação que estivesse em cinco por cento ao ano fosse para dez, porque houve um aumento forte de demanda, de modo que a oferta não acompanhou imediatamente. Enfim, houve uma certa defasagem no acompanhamento pela oferta e resultou na inflação. Essa é a chamada teoria keynesiana da inflação.

A outra razão estava relacionada aos custos. Podia haver um poder de monopólio e também um choque do lado da oferta, que elevava os preços. Esta elevação se expandia pelos demais preços e havia um aumento da inflação. Mas era preciso explicar a manutenção da inflação. E as teorias não faziam essa distinção. Então, essa distinção, que está no título também, é o centro do nosso artigo. O fator mantenedor da inflação é o fator inercial, o automático, a indexação formal, pela lei e a informal, que vão acontecendo numa economia. E o Brasil tinha se tornado, entre todos os países, o mais indexado informalmente, porque havia desenvolvido desde 1964 um mecanismo de indexação informal: as chamadas “minidesvalorizações do câmbio”, que atingiram uma quantidade enorme de contratos de aluguel, e também os salários, que passaram a ser controlados e corrigidos pela inflação. Com isso, houve essa inercialização da inflação, que explicava o porquê de ela não cair.

Por fim, havia o fator sancionador. Nós éramos ferozmente contra o neoliberalismo e a teoria econômica correspondente, que é a teoria econômica neoclássica e a austríaca, e, especificamente o monetarismo de Milton Friedman. Este economista afirmava que o aumento da quantidade de moeda é que determina a inflação. Isso é uma coisa que está na origem da palavra inflação. Esta palavra, inflação, originalmente, não significava aumento sistemático de preços, porque nem havia índices disponíveis para isso. Mas havia o fato de que, de repente, começava a circular muita moeda dentro da economia. Então, eles chamaram isso de inflação. E eu tinha aprendido com Ignácio Rangel, que a moeda é endógena, ela não é criada pelo Banco Central, nem emitida. A moeda é criada pelo sistema econômico para produzir e dar crédito. Ela era o fator sancionador. Porque se havia uma inflação alta causada por um fator acelerador, e essa inflação se mantinha alta por causa do fator mantenedor, se o sistema econômico não aumentasse a quantidade de moeda correspondentemente, o país entraria numa grande crise de liquidez. A moeda é uma espécie de lubrificante do sistema econômico e das transações econômicas, de forma que, se você reduz a quantidade desse lubrificante, o motor enguiça. Por isso, o sistema inflacionário já tinha mecanismos próprios, que o Estado podia acelerar ou tentar diminuir, mas essa é a teoria.

22 Bresser-Pereira, Luiz Carlos. As contradições da inflação brasileira. *Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 21, março 1980.

23 Bresser-Pereira, Luiz Carlos; Nakano, Yoshiaki. Fatores aceleradores, mantenedores e sancionadores da inflação. Reproduzido em Bresser-Pereira, Luiz Carlos; Nakano, Yoshiaki. *Inflação e Recessão*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

Naquela época, eu descobri que, dois jovens economistas que tinham acabado de chegar dos Estados Unidos – onde fizeram seu doutoramento –, André Resende e Pêrsio Arida, estavam também interessados nessas ideias e, então, eu fiquei amigo deles. No início dos anos 1980, eu tinha mudado minha orientação de pesquisa, e disse: não vou ser mais professor de desenvolvimento econômico e economia brasileira. Eu vou ser professor de macroeconomia da inflação e da dívida externa. Porque o nosso problema não é diretamente o desenvolvimento. Vi que aqueles jovens estavam começando a desenvolver ideias semelhantes e chamei-os. Apresentei-os ao grande amigo meu, o empresário Fernando Bracher e, depois, associaram-se a esse grupo também Edmar Bacha e Francisco Lopes. E, então, nós éramos seis dos oito economistas que, naquela época e durante muitos anos, só conheciam a teoria da inflação inercial. Esses seis que eu citei, Nakano e eu, e os quatro da PUC do Rio de Janeiro, mais um quinto da PUC do Rio de Janeiro, e Mário Henrique Simonsen que, em 1970, tinha tido uma ideia importante sobre a realimentação inflacionária.

Essa teoria da inflação é rigorosamente heterodoxa. E é totalmente contra a ortodoxia liberal. E esses economistas, que tinham feito doutoramento nos EUA, não diziam isso com clareza, mas eu os considerei como neoestruturalistas. Foi um nome que arranjamos para mostrar que eles não eram ortodoxos. E essa teoria foi aplicada e, afinal, deu certo. Não deu certo no meu plano (Plano Bresser), porque não consegui fazer ajustamento e não tive apoio suficiente para fazer a estabilização, mas, deu certo com o Plano Real: que foi comandado por esses quatro economistas que eu citei, da PUC-Rio, trabalhando com Fernando Henrique, no Ministério da Fazenda. Eu dei todo o apoio a essa proposta. Ainda me lembro que, em outubro de 1993, eu fui visitar Fernando Henrique e disse para ele: vocês começaram agora a fazer o plano e se vocês o aplicarem, você vai ser o Presidente da República no próximo ano. Naquela época nem se falava em ele ser candidato, ou poucas pessoas falavam. E foi o que aconteceu. Mas, uma vez eleito Fernando Henrique, o que eu verifiquei, para a minha frustração, foi que aqueles economistas voltaram a ser ortodoxos. E passaram a adotar uma política absolutamente ortodoxa no comando da economia brasileira: agora tendo dois economistas, também lá da PUC do Rio, Pedro Malan e Gustavo Franco como parceiros, até mais atuantes. Eles não tinham participado da teoria da inflação inercial. E, mais recentemente, André Lara Resende, que é um homem inteligente, abandonou esse campo e voltou a ser um economista heterodoxo, mas os outros ainda estão nessa triste condição de se submeterem ao capital financeiro e ao capitalismo mundial, que estava perfeitamente de acordo com Fernando Henrique.

É importante que eu diga que só fiz essa análise da teoria da dependência quatro anos depois que saí do governo dele, porque fiquei amigo de Fernando Henrique em 1970, em seguida à fundação do CEBRAP, que eu apoiei. Mas de forma que apoiei entusiasmado a sua campanha eleitoral. Eu me lembro que quando eu fundei o PSDB, em 1988, um pouco antes disso, nós passamos aquele dia anterior discutindo o nome do partido e se devia se chamar Partido da Social Democracia, como se chamou. Montoro era contra, porque ele era um democrata cristão e na Europa, na Alemanha e na Itália, os democratas cristãos sempre foram contra os socialdemocratas. Montoro era um homem progressista da melhor qualidade. E nós ganhamos, ele perdeu.

No dia seguinte, ao assinar a ata de fundação do partido em Brasília, eu dizia para mim mesmo: mas o que vai acontecer se esse bendito PT, que agora diz que é um partido revolucionário, virar um partido social democrático, como aconteceu com os partidos social-democráticos na Europa, e, assim, nos empurrar para a direita? Eu só errei num ponto.

Não foi só o PT que nos empurrou para a direita, foi Fernando Henrique, com a sua teoria da dependência, que eu não conhecia naquela época, eu estava confuso sobre ela, mas foi ele quem puxou para a direita. Porque, em 2003, eu estava ainda em Paris e um antropólogo, Afrânio Garcia, e um cientista político, do Rio Grande do Sul, Héglio Trindade, fizeram uma grande entrevista comigo sobre a minha vida intelectual e política e, num determinado momento, fizeram-me uma pergunta qualquer e eu respondi: “[...] mas eu não sou da Escola de Sociologia de São Paulo, eu sou da Escola do ISEB [...]”. Eles tomaram um susto. Eu falei: “[...] quando eu tinha vinte anos, entrei em contato com as ideias nacionalistas e desenvolvimentistas do ISEB, de Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, o grande sociólogo, Ignácio Rangel, o grande economista, Álvaro Vieira Pinto e Roland Corbisier, filósofos, e fiquei fascinado por aquelas ideias e passei a entender o Brasil a partir de então; e não a partir das ideias da Escola de Sociologia Política fundada por Florestan Fernandes e marcada por Fernando Henrique. Então, eles pediram que eu fizesse um seminário. Eu fui estudar o assunto e escrevi um *paper* que se chama “Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência”²⁴. Nele, eu dizia que a teoria da dependência associada era distinta da teoria da dependência radical de Gunder Frank e Ruy Mauro Marini, quer dizer, a teoria de FHC que havia pregado a aliança com o império. Disso, para virar liberal foi um passo muito simples. Foi aí que eu compreendi a questão toda e critiquei. A primeira pessoa a quem eu mandei esse artigo foi Fernando Henrique, que me respondeu que o artigo era muito interessante e precisávamos conversar, mas nunca conversamos. Porque ele estava sempre de acordo, mas sobre o que ele não concordava nunca dizia, mas agia. Enfim, essa guinada para a direita dos economistas do Rio de Janeiro está associada, também, à guinada para a direita de Fernando Henrique, que era o chefe político deles agora.

Wilson Vieira: A partir do momento em que o senhor afirma que houve essa virada, acho que isso estaria, se eu não me engano, dentro dos ditames do Consenso de Washington, e até mesmo dentro da negociação do Plano Brady.

Luiz Carlos Bresser-Pereira: Como é que eu me dei conta do Consenso de Washington? Foi lendo uma nota que Pedro Malan escreveu, acho que na *Revista de Economia Política*²⁵. Ele morava em Washington nessa época e falava alguma coisa sobre o que estava acontecendo lá. Mas, em dezembro de 1980, eu fui chamado para dar a aula magna em um encontro da ANPEC, a Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia. Nessa aula, eu fiz uma análise da economia brasileira em que eu tratei do Consenso de Washington. Eu acho que foi a primeira crítica que houve ao Consenso de Washington feita no Brasil, muito antes da crítica que José Luis Fiori faria com muito mais violência e pertinência do que eu²⁶. E eu estava percebendo essa virada neoliberal. Escrevi também nessa

24 Bresser-Pereira, Luiz Carlos. Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência. In: Caio Navarro de Toledo (Org.). *Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB*. São Paulo: Editora Revan, 2005, pp. 201-232.

25 Malan, Pedro S. Uma crítica ao consenso de Washington. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 11, n. 3, Jul.-Set., 1991, pp. 5-12.

26 Fiori, José Luis. Sobre o Consenso de Washington. *Texto para Discussão 324*, Instituto de Economia Industrial, Universidade Federal do Rio de Janeiro, fev., 1995.

época, dos anos 1990, um *paper* intitulado “A teoria do desenvolvimento econômico e a crise de identidade do Banco Mundial”²⁷, em que eu mostro como o Banco Mundial, que tinha sido um ninho e uma base para o desenvolvimentismo em 1980, tinha dado uma virada e agora estava liderando o neoliberalismo e as reformas neoliberais. Eu tinha tido a experiência no governo, no conflito com James Baker, que foi o Secretário do Tesouro, ministro da economia dos Estados Unidos no tempo de Reagan, e que deu as coordenadas básicas do Consenso de Washington, e que determinou que o Banco Mundial passasse a ser agora um instrumento das reformas neoliberais. Foi um conflito muito interessante, que conto em vários lugares, especialmente no *paper* “A turning point in the debt crisis: Brazil, the US Treasury, and the World Bank”²⁸. Enfim, o Consenso de Washington é um consenso neoliberal que se forma nos Estados Unidos, e que, inicialmente, é um consenso só pela abertura comercial, que era o que John Williamson – inventor do nome e que eu conheci bem – defendia. Depois, puseram também, o que era um absurdo completo, a abertura financeira. E o Brasil embarcou totalmente no Consenso de Washington a partir de 1990. E continuou com Fernando Henrique e não saiu mais até hoje.

Wilson Vieira: Uma última questão que gostaríamos de colocar ao senhor está relacionada às suas reflexões da década de 1990 e que estão expostas em seu livro *Reforma do Estado para a Cidadania*, publicado em 1998²⁹. O senhor parte de uma leitura crítica dos teóricos da escolha racional, para demonstrar a importância de uma quarta onda de direitos que surge naquele contexto, os direitos republicanos. Grosso modo, tais direitos se justificam sob o princípio de que o patrimônio público seja efetivamente de todos e para todos. E se estendem em três tipos fundamentais: o direito ao patrimônio ambiental, o direito ao patrimônio histórico cultural e o direito ao patrimônio econômico. O senhor poderia nos contar como foi a construção dessa análise e como foi a recepção desse livro?

Luiz Carlos Bresser-Pereira: Essa análise eu não fiz originalmente nesse livro, fiz num *paper*, que foi publicado no Brasil por uma revista de Filosofia Política lá do Rio Grande do Sul, que eu acho que não existe mais, por volta de 1979, e foi publicada em inglês numa grande revista. O *paper* chama-se “Cidadania e Res Pública: a Emergência dos Direitos Republicanos”³⁰. É uma tese que, depois, resumi nesse livro e nele eu estava mais preocupado com a reforma gerencial do Estado, que foi a grande aventura intelectual e política que realizei no governo Fernando Henrique. Felizmente, ele não me pôs na área econômica na qual, aliás, fui vetado. Mas me deu a área da administração pública e fiz uma coisa bastante interessante.

27 Bresser-Pereira, Luiz Carlos. A teoria do desenvolvimento econômico e a crise de identidade do Banco Mundial. *Revista de Economia Política*, v. 15, n. 1, jan.-mar., 1995.

28 Bresser-Pereira, Luiz Carlos. A turning point in the debt crisis: Brazil, the US Treasury, and the World Bank. *Texto para Discussão 48*, São Paulo: FGV, nov., 1995.

29 Bresser-Pereira, Luiz Carlos. *Reforma do Estado para a Cidadania*. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 1998.

30 Bresser-Pereira, Luiz Carlos. Cidadania e Res Pública: a Emergência dos Direitos Republicanos. *Revista de Filosofia Política - Nova Série*, v. 1, 1997, pp. 99-144.

Mas a tese que eu desenvolvi em duas conferências que fiz, na Faculdade de Direito, a convite de meu amigo conservador Manoel Gonçalves Ferreira Filho, é a seguinte: existem, classicamente, na história dos direitos, os direitos civis, os direitos políticos e os direitos sociais. O livro mais extraordinário que existe sobre isso, que virou uma espécie de clássico e referência básica, é o livro de Thomas H. Marshall³¹: um grande ensaio de 1952, em que ele mostra historicamente como esses três direitos surgiram, principalmente na Inglaterra e nas cortes inglesas. E eu parti disso para dizer o seguinte: eu proponho que está surgindo no mundo, a partir do final do século XX, um quarto tipo de direito. E esse quarto tipo de direito, que fiquei na dúvida de como chamar, inicialmente chamei de “direitos públicos”, mas não gostei. O cientista político Guillermo O'Donnell sugeriu “republicanos”, e eu adotei imediatamente. E o que são os direitos republicanos? Eu penso sempre historicamente. Essa classificação de direitos é muito boa para mim, porque é uma classificação histórica que o Marshall fez. Ele foi um grande sociólogo, não era um teórico político. E o que eu estava vendo no mundo, no final do século XX, era uma preocupação tanto na direita quanto na esquerda, com um fato: a captura do Estado, a captura do patrimônio público por interesses particulares. A esquerda usa essa expressão, “captura”, a direita usa a expressão *rent seeking*. A esquerda usa “privatização do Estado”, insiste no *rent seeking* como corrupção, mas a preocupação é a mesma. E é interessante isso, pois deve refletir que está surgindo um direito novo, que é esse direito de que o patrimônio público seja utilizado para fins públicos.

Podem dizer que isso é óbvio, mas eu diria que não é tão óbvio assim. Primeiro, aquele artigo que, no Brasil, eu publiquei na *Revista de Filosofia Política* sobre cidadania e res pública, foi depois publicado em três revistas de Direito sem que falassem comigo, são as normas na área do Direito e eles o fizeram. Fiquei muito feliz que tenham publicado. E um desses juristas, Celso Antônio Bandeira de Mello, que inicialmente tinha se oposto à minha reforma gerencial, disse: “Bresser, nesse artigo está a filosofia da sua reforma. E esses direitos republicanos são especialmente importantes”. Porque você vai dizer: “você não está inventando o direito à não corrupção”. Claro que nós temos direito à não corrupção, corrupção é crime e já está inclusive colocada no Código Penal. O importante é que grande parte dessa captura do Estado e do patrimônio público é feita de forma legal. Os rentistas, no Brasil, capturaram o patrimônio público legalmente sob a forma de juros. Era a taxa de juros definida pelo Banco Central que tinha direito legal de fazer isso. Ninguém vai para a cadeia por ter recebido juros altos. Os altos funcionários recebem salários absurdos, que não tem nada a ver com a sua contribuição econômica e, novamente, de forma legal. E dizem que é direito adquirido. Mas é uma violência contra nossos direitos republicanos. A descoberta da defesa do ambiente acontece a partir de 1972, com a conferência de Estocolmo das Nações Unidas. Por isso, também quando pessoas ou empresas usam a natureza de uma maneira abusiva, eles estão capturando patrimônio público, estão violentando os nossos direitos republicanos. Então, dou grande importância a esse conceito que eu desenvolvi, e acho que ele é importante também para a economia política do novo desenvolvimentismo.

31 Marshall, Thomas H. *Citizenship and Social Class*. In T. H. Marshall and Tom Bottomore. *Citizenship and Social Class*. Londres: Pluto Press, 1952.

Wilson Vieira: Obrigado, professor Bresser. Vou passar agora a palavra para o Lucas Baptista.

Luiz Carlos Bresser-Pereira: Obrigado, Wilson.

Lucas Baptista: A ideia agora é finalizar esse segundo bloco de perguntas e iniciar o terceiro, em que vamos comparar sua trajetória até os anos 1990 com a trajetória de pesquisas a partir dos anos 2000. O senhor já nos disse que há uma inflexão importante a partir dos anos 2000, quando suas pesquisas se focam na questão da estagnação econômica e, inclusive, quando surge a perspectiva analítica e teórica do novo desenvolvimentismo. No entanto, é interessante notar também que seus trabalhos, principalmente a partir da crise global de 2008, começam a se conectar mais com essa ideia das alternativas ao capitalismo neoliberal. Por outro lado, essa crise externa o faz reorientar o olhar a respeito do Brasil, no sentido de enxergar nos governos Dilma, do PT - em especial, o primeiro governo Dilma - os primeiros passos de um projeto novo-desenvolvimentista. Em que medida a crise de 2008 impactou essa reorientação das pesquisas? Em que medida a perspectiva do novo desenvolvimentismo vem somar à compreensão dessa crise e do próprio Brasil?

Luiz Carlos Bresser-Pereira: A crise de 2008 me fez voltar a estudar o capitalismo, porque eu o tinha estudado nos anos 1970, mas numa perspectiva que eu chamava tecnoburocrático ou gerencial. Essas ideias tinham ficado razoavelmente vitoriosas e, naquela época, eram muito surpreendentes para muitas pessoas, mas eu passei a me preocupar com outras coisas. Contudo, quando se deu a grande crise de 2008, resolvi escrever um *paper* e o publiquei em 2010³². A partir daí, eu vi que era uma crise muito importante e profunda, talvez terminal, do neoliberalismo. Em trabalhos seguintes, comecei a aprofundar essa discussão, até que resolvi escrever o livro em que estou trabalhando agora. É importante observar que temos de discutir o que vem depois dessa crise, porque já nesse artigo de 2010, sobre a crise financeira global, eu já me perguntava sobre o que iria acontecer depois. E discuti este ponto um pouco mais amplamente num artigo que saiu na revista do CEBRAP, em 2017³³. E, em 2018, cheguei ao capitalismo financeiro rentista num artigo na *Estudos Avançados*, da USP³⁴.

A crise global de 2008 e o fracasso do neoliberalismo é inteiramente explicável pela teoria desenvolvimentista, ou novo-desenvolvimentista. No fundo, o novo desenvolvimentismo nasceu da minha profunda decepção com o que estava acontecendo no Brasil. Porque quando o Brasil entrou em crise, em 1980, era uma crise da dívida externa e da alta inflação. Esses dois problemas, os quais eu discuti imensamente e tentei fazer as minhas contribuições, foram resolvidos no começo dos anos 1990. E eu entendi, especialmente quando foi eleito Fernando Henrique, que o Brasil voltaria a crescer forte e firme. Só que não cresceu e continuou ficando para trás. Quando saí do Ministério da Ciência e Tecnologia em 1999,

32 Bresser-Pereira, Luiz Carlos. A crise financeira global e depois: um novo capitalismo? *Novos Estudos CEBRAP*, 86, mar. 2010, pp. 51-72.

33 Bresser-Pereira, Luiz Carlos. Depois do capitalismo financeiro-rentista, mudança estrutural à vista? *Novos Estudos CEBRAP*, 36, mar. 2017, pp. 137-151.

34 Bresser-Pereira, Luiz Carlos. Capitalismo financeiro-rentista. *Estudos Avançados*, v. 32, n. 92, 2018, pp. 17-29.

que foi o segundo ministério que eu ocupei no governo Fernando Henrique, fui para Oxford e lá escrevi um artigo sobre vinte anos de quase estagnação da América Latina³⁵. Mas estava pensando, principalmente, no Brasil, já revelando a minha profunda decepção com o que estava acontecendo.

O novo desenvolvimentismo surgiu dessa preocupação, na tentativa de explicar o que acontecera. Ele surgiu em 2001, quando percebi que a tese que Fernando Henrique, ao assumir o governo, adotara como estratégia de desenvolvimento do Brasil, o crescimento com poupança externa, era um equívoco fundamental. Um lugar comum e um equívoco fundamental, mas era uma coisa que estava extremamente relacionada com o capitalismo neoliberal e o interesse que havia por parte dos países ricos, especialmente os Estados Unidos, que nós voltássemos à condição de exportadores de produtos primários; e que recebêssemos não só as exportações de produtos sofisticados, que eles queriam trocar pela nossa agricultura e mineração de baixo valor adicionado *per capita*, mas queriam que aceitássemos os seus capitais, acreditando que cresceríamos com poupança externa, com os capitais deles. Loucura completa.

Meu tio, Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, um grande nacionalista, escreveu um livro, publicado em 1974, chamado *Japão: o capital se faz em casa*³⁶. Eu entendi bem melhor a razão teórica disso quando comecei a desenvolver o meu desenvolvimentismo.

Então, o quadro político e social que nós vivemos no Brasil e no mundo é o neoliberalismo, e é preciso começar a pensar: quando você quiser sair disso, como sairia? Eu, inicialmente, lancei uma alternativa pessimista. Eu creio que está nesse artigo do CEBRAP, no qual pensei: o plano econômico alternativo será o desenvolvimentismo, porque o fracasso aqui é fundamentalmente do liberalismo econômico. E no plano político? Será um desenvolvimentismo progressista, social democrático, como foi o desenvolvimentismo do período da socialdemocracia dos “anos dourados”? Ou será conservador? Duas causas importantes do surgimento do neoliberalismo tinham a ver com problemas econômicos, bastante concretos, que eram: um, a competição que os países ricos passaram a sofrer, a partir dos anos 1970, dos países em desenvolvimento, que passam a exportar bens manufaturados, usando uma mão de obra relativamente barata. Isso era uma ameaça para os países desenvolvidos, e essa ameaça foi aumentando, porque nos anos 1990 a China já estava entrando firme e não parou de entrar no mercado global, desde então. Portanto, o neoliberalismo é uma reação contra isso, na tentativa de baixar salários. “Baixando salários, nós conservamos a nossa competitividade”, disseram os neoliberais.

O outro fenômeno que estava ganhando força era a imigração. A imigração para os Estados Unidos vinda do México e da América Central, principalmente, mas também vinda do Brasil, que virou um país de emigração, sobretudo da sua classe média bem-educada. É nossa quase estagnação. Na Europa, os imigrantes vinham um pouco da Ásia, mas, principalmente, da África e do Oriente Médio. E essa imigração pressiona os salários para baixo. E, então, isso também seria uma razão neoliberal.

35 Bresser-Pereira, Luiz Carlos. Incompetência e Confidence Building por trás de 20 Anos de quase estagnação da América Latina. *Revista de Economia Política*, v. 21, n. 1, jan./mar., 2001, pp. 147-173.

36 Lima Sobrinho, Alexandre B. *Japão: o capital se faz em casa*. Ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1991.

E esses dois problemas não estão resolvidos, especialmente o primeiro. De forma que eu prevejo que o neoliberalismo será abandonado, mas não o conservadorismo. O capitalismo continua forte, vivo e conservador. Ele só terá uma orientação para o mercado muito mais limitada, entendendo as limitações que ele tem.

Ao escrever meu livro mais recente, cheguei a discutir comigo mesmo, e acho que cheguei a escrever algo sobre o assunto. Talvez o que nós teríamos com o neoliberalismo seria uma mudança de forma de organização social, o capitalismo estaria morrendo, porque estaria surgindo uma nova organização social, que seria o gerencialismo. Porque eu era muito crítico de economistas, muito bons aliás, como o Wolfgang Streeck, que está sempre discutindo e prevendo o fim do capitalismo. O que é bom para a sua estirpe socialista, mas não dizia o que vinha no lugar: era só crise e mais nada. E eu estava vendo surgir uma alternativa gerencial, outra vez. Para mim, a socialdemocracia é, para aqueles países como a França e a Inglaterra, que primeiro foram desenvolvimentistas quando mercantilistas, um segundo desenvolvimentismo. E esse desenvolvimentismo, então, foi progressista. Agora, não, podia ser perfeitamente conservador.

Depois, mais um argumento sobre isso, é que o papel fundamental da burguesia no processo econômico, e que sempre legitimou o seu poder, foi o fato de que eles comandam a acumulação de capital. Como diz Adam Przeworski³⁷, se os empresários têm o direito de veto sobre a economia é porque, quando eles resolvem não investir, a economia para. Mas esse poder da burguesia tinha diminuído muito, porque agora quem controla a acumulação de capital e a inovação são mais os gerentes, nas grandes empresas, do que os empresários. Há empresários que depois se tornam enormes, como os da Amazon, mas a regra continua sendo que os empresários existem para as *startups*, mas depois de um certo ponto é a empresa que assume a acumulação de capital e a inovação. E, então, talvez nós estejamos realmente mudando para uma organização social gerencial. Mas eu pensei que isso era ir muito longe, e achei melhor voltar a pensar simplesmente no gerencialismo. O gerencialismo capitalista dos anos 1950, 1960, 1970, era uma coalizão de classes capitalista gerencial, com os capitalistas à frente. Agora, será ao contrário, será gerencial-capitalista. Eu não arranjei outro nome, por enquanto, para mostrar essa mudança. Mas, ainda continuamos dentro do capitalismo mais gerencial por causa disso.

Por outro lado, houve uma coisa boa. Porque eu sempre fui otimista e estava ficando cada vez mais pessimista, especialmente com o Brasil. Mas, li os artigos e livros que foram publicados a partir de 2018, principalmente 2019 nos Estados Unidos e Inglaterra, sobre o populismo de extrema direita e a grande ameaça à democracia: de que a democracia agora estava terminando e alguns escreveram livros que viraram *best sellers*³⁸. Meus colegas, cientistas políticos da USP, reuniram-se e publicaram na *Folha* um artigo revelando as mesmas preocupações. E eu não gostava nada disso, porque estava percebendo um erro básico. Então, eu resolvi escrever um *paper*, que já está publicado pela *Lua Nova*, pelo CEDEC, que se chama “A democracia não está morrendo: foi o neoliberalismo que fracassou”³⁹. Eu digo

37 Przeworski, Adam. *A crise da democracia*. Trad. Berilo Vargas. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

38 Levitsky, Steven; Ziblatt, Daniel. *Como as democracias morrem*. Trad. Renato Aguiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

39 Bresser-Pereira, Luiz Carlos. A democracia não está morrendo: foi o neoliberalismo que fracassou. *Lua Nova*, 111, 2020, pp. 51-79.

isso por dois motivos. Um motivo mais histórico e mais básico é que a democracia não foi uma conquista da burguesia, de jeito nenhum, ela aceitou a democracia. E os trabalhos do Goran Therborn, de 1977⁴⁰, e do Adam Przeworski⁴¹, são muito claros a respeito da origem social da democracia. Mas eu estava vendo, desde que o neoliberalismo entrou em jogo, que ele é profundamente antidemocrático. Os liberais são, na sua alma, antidemocráticos e, com o neoliberalismo, que é uma radicalização do liberalismo, a sua antidemocracia voltou ainda mais. E eu vi que a democracia resistia a isso, em todos os países.

Quando houve esse ataque mais direto do populismo radical de direita de Trump, que era o fenômeno mais novo e mais forte nessa matéria, eu disse que estava acontecendo, no mundo rico, uma virada. Não é uma reação voltada contra a democracia, mas sim contra o neoliberalismo, que prejudicou fortemente toda uma baixa classe média de trabalhadores brancos e que são a base dessa movimentação. Isso tanto nos Estados Unidos quanto na Europa. E pelo contrário, o que estou vendo novamente, e ainda mais forte do que eu vi no caso do neoliberalismo em geral, que frente a este ataque mais direto à democracia, esta também estava resistindo firmemente, em todos os países. Estava e está resistindo aqui no Brasil, todos nós aqui participamos de movimentações contra as tentativas de golpe do Bolsonaro, mas lá fora isso também aconteceu, por exemplo, nos Estados Unidos. Por mais que fôssemos críticos da profunda crise política e social que a sociedade americana estava enfrentando, isso não os impediu de se defenderem e de terem defendido a democracia. Porque a democracia hoje continua sendo a forma de governo preferida pelas classes populares em geral; ela é preferida, inclusive, pela própria burguesia. A burguesia é uma classe social muito grande e a democracia é um caminho para eles conseguirem poder político de forma legal, institucionalizada, e um governo autoritário pode sempre ser violento contra eles próprios e suas famílias. Portanto, a democracia está viva e está forte.

Eu sei que essa tese é polêmica. Mas eu nunca fugi de polêmica.

Lucas Baptista: Professor, aproveitando a questão polêmica, e fazendo a última questão do dia. Eu queria apenas trazer essa questão da democracia, porque seu livro da *Construção política*, e as outras edições, parecem-me um encontro muito certo com a sociologia política. Mas um pouco antes da publicação desse livro, no artigo de 2013⁴², o senhor chama atenção para a conjuntura da democracia brasileira, e traz uma perspectiva otimista, inclusive discordando de analistas como André Singer e Luiz Werneck Vianna. Entre outras coisas, a emergência de um “subproletariado racional” revelaria o amadurecimento da nossa democracia de massas. Como que fica esse diagnóstico perante as crises de 2013 e a conjuntura atual?

Luiz Carlos Bresser-Pereira: Eu não me lembro bem desse artigo de 2013, mas como disse, já fui mais otimista na vida. Especialmente em relação ao Brasil, o meu otimismo realmente foi perdendo base a cada dia. Porque, um argumento fundamental meu, que está

40 Therborn, Göran. The rule of capital and the rise of democracy. *New Left Review*, n. 103, 1977, pp. 3-41.

41 Przeworski, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

42 Bresser-Pereira, Luiz Carlos. Empresários, o governo do PT e o desenvolvimentismo. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 47, set. 2013, pp. 21-29.

nesse livro, mas é de um *paper* intitulado “Por que as democracias só se tornaram aceitas e espalhadas por todos os países mais desenvolvidos só no século XX?”, mas que, ao final, ficou com o título “Transição democrática, consolidação e revolução capitalista”, sobre o qual já comentei anteriormente⁴³. Porque não consegui publicar esse artigo em revistas de Ciência Política, nos Estados Unidos, de jeito nenhum. Aí resolvi publicar numa revista estrangeira de Economia, mais aberta. E ainda mudei o título. Foi uma pena.

Inicialmente, quando comecei a escrever esse artigo, queria falar sobre a transição democrática e sobre sua relação com o capitalismo. E o argumento básico era que o capitalismo representou uma mudança fundamental na forma de apropriação do excedente econômico. No capitalismo, o excedente econômico passa a ser capturado pela burguesia através do mercado, e não através da violência direta do Estado, de forma que, a burguesia não precisava ser, necessariamente, autoritária. Nas sociedades pré-capitalistas era impensável você ter democracia. Eu brincava: pense a democracia na França de Luís XIV, para não ir para mais tarde. Mas, no capitalismo moderno, a democracia é perfeitamente viável, porque o Estado só garante uma coisa: garante que a força de trabalho seja uma mercadoria, o resto o mercado faz. E o lucro, como ensina Marx, é uma troca de equivalentes.

A revolução capitalista está no centro de tudo. O mundo pré-capitalista era um mundo de guerras, e a guerra fazia parte da lógica de todos os dias. Os povos capturavam o excedente do outro de forma violenta, através de guerras. Com a longa transição para o capitalismo, e a formação dos Estados-nação - que tem um papel decisivo, pois passa a ser a unidade político-territorial fundamental no capitalismo -, ainda é necessário, durante muito tempo, muitas guerras para que fossem definidas as fronteiras, porque os Estados-nação precisavam de fronteiras amplas e bem definidas para, então, garantir o comércio e a industrialização dentro daquele mercado, e depois o mercado exterior. Mas, quando essas fronteiras ficaram razoavelmente bem definidas, já não havia mais condições para guerras e, também, as condições para a democracia agora estavam muito mais claras e muito mais precisas.

O que eu percebi fazendo a pesquisa sobre a transição democrática é que nenhum país que tinha uma democracia consolidada deixava de ser rico, deixava de ter feito a sua revolução capitalista, mas muitos países que ainda não haviam realizado sua revolução capitalista faziam transições democráticas instáveis. Por imitação e, mais frequentemente, por pressão dos vizinhos poderosos, estas democracias ficavam sujeitas a golpes com facilidade. Então, percebi que minha teoria era mais sólida como uma teoria de consolidação democrática, e não de transição democrática.

Em relação ao Brasil, meu entendimento é que a revolução capitalista se completou em 1980, de forma que, quando veio a democracia, ela já nasceu consolidada. Pode sofrer abalos, mas a chance de voltar a ser um regime autoritário no Brasil é muito pequena. E essa ideia me fez discordar de muitas pessoas, porque alguns sentem as ameaças à democracia e não percebem essa, vamos dizer, consolidação estrutural da democracia que existe. Não é nenhuma democracia maravilhosa, não é a democracia dos nossos sonhos. A democracia burguesa é uma democracia mínima, é chamada de democracia liberal. A democracia social democrática, que já é um avanço, não é mais a democracia burguesa. Mas, é difícil imaginar

43 Bresser-Pereira, Luiz Carlos. Transição, Consolidação Democrática e Revolução Capitalista. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, v. 54, n. 2, 2011, pp. 223-258.

o retorno a um regime autoritário em países como o Brasil, ou os Estados Unidos, ou a França. Os EUA estão indo para trás em tudo quanto é coisa, em relação à China já foi para trás economicamente. A China já é mais poderosa e, em vários setores, mais avançada tecnologicamente que os Estados Unidos. Em relação à democracia, eu continuo razoavelmente pessimista. Em relação ao Brasil, de um modo geral, não, especialmente por causa do desenvolvimento.

Lucas Baptista: Muito obrigado, professor. Para finalizar, passo a palavra ao professor Andrei Koerner.

Luiz Carlos Bresser-Pereira: Muito obrigado.

Andrei Koerner: Professor Bresser, muitíssimo obrigado. O senhor me permitiria uma última pergunta? Como é que o senhor caracterizaria a coalizão, em termos de classe ou frações de classe, que se formou a partir do golpe de 2016?

Luiz Carlos Bresser-Pereira: É uma coalizão neoliberal, financeiro-rentista. Mas, quando chega no caso de Bolsonaro, ele não representa nada. Por exemplo, o grande capital financeiro já está contra Bolsonaro. Porque, bom para eles é Michel Temer, Henrique Meirelles. Então, é uma coalizão financeiro-rentista. Durante o governo Lula, houve um grande esforço para atrair os empresários industriais. E ele estava conseguindo alguns resultados. Logo depois que terminou o governo Lula, a FIESP montou uma tentativa de acordo com os trabalhadores, houve reuniões formais, e depois uma grande reunião envolvendo todas as centrais sindicais, na Mooca, dentro de uma fábrica que virou local de reuniões. Mas foi um pouco depois, com os erros e o radicalismo da Dilma, e pelo fato de que a taxa de lucro das empresas industriais desapareceu com a brutal apreciação cambial que houve em todo o período até 2014, em uma situação na qual os empresários industriais estavam muito fracos e muito infelizes, que os levou a aderir completamente ao neoliberalismo. Os empresários são sempre conservadores, mas às vezes podem não ser tão neoliberais, podem ser desenvolvimentistas. Mas hoje é todo mundo neoliberal.

Um jornalista muito bom me mandou um e-mail essa semana, ele vai fazer uma matéria no *Valor*, e perguntou: “Eu estou fazendo uma pergunta a vários economistas: o que o senhor vê que possa ser bom para a economia do Brasil nos próximos dez anos?”. Eu falei: “Olha, a melhor coisa para a economia é o Bolsonaro não ser reeleito. Agora, além disso, é convencer os empresários brasileiros de ponta - como Pedro Wongtschowski, do Grupo Ultra, Horácio Lafer, da Klabin, e Pedro Passos, da Natura -, que o neoliberalismo está morto, que Biden enterrou o neoliberalismo nos Estados Unidos, e que nós temos que abandonar o neoliberalismo também aqui no Brasil. Seria ótimo se eles, afinal, descobrissem isso. Muito obrigado.

Andrei Koerner: Muito obrigado.

FIM DA ENTREVISTA

“A crise no Brasil é muito grave. É uma crise para a qual há explicações econômicas bem claras, e explicações políticas e sociais, mas, até agora, não surgiu um governo disposto ou capaz de enfrentá-la. Porque, para você fazer uma mudança de política e ter **uma política novo-desenvolvimentista efetiva**, você tem que controlar os cinco preços macroeconômicos, que são uma invenção do novo desenvolvimentismo”.

“**Não foi só o PT que nos empurrou para a direita**, foi Fernando Henrique, com a sua teoria da dependência, que eu não conhecia naquela época, eu estava confuso sobre ela, mas foi ele quem puxou para a direita”.

“... o quadro político e social que nós vivemos no Brasil e no mundo é o **neoliberalismo**, e é preciso começar a pensar: quando você quiser sair disso, como sairia? (...). É no plano político?”

“... desde que o neoliberalismo entrou em jogo, ele é profundamente antidemocrático. **Os liberais são, na sua alma, antidemocráticos** e, com o neoliberalismo, que é uma radicalização do liberalismo, a sua antidemocracia voltou ainda mais forte. E eu vi que a democracia resistia a isso, em todos os países”.

“... **a melhor coisa para a economia é o Bolsonaro não ser re-eleito**. Agora, além disso, é convencer os empresários brasileiros de ponta - como Pedro Wongtschowski, do Grupo Ultra, Horácio Lafer, da Klabin, e Pedro Passos, da Natura -, que **o neoliberalismo está morto**, que Biden enterrou o neoliberalismo nos Estados Unidos, e que nós temos que abandonar o neoliberalismo também aqui no Brasil. Seria ótimo se eles, afinal, descobrissem isso”.

